

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 31ª Reunião Ordinária

Local: Federação Nacional do Comércio – FECOMÉRCIO

Av. Paulista, 119, Mezanino Sala 01 - São Paulo

Data: 07 de agosto de 2002

Horário: 10h 30 às 14h

Participantes: Juarez Correia Barros Júnior (DSST/MTE), André Luiz Morais Cardoso (DSST/MTE), Geraldo Almir Arruda (MPAS), Ivone Corgosinho Baumecker (DSST/MTE), Josefa Barros Cardoso de Ávila (MPAS), Joseline Maria Campos Tenório Carneiro Leão (DRT-PE/MTE), Luisa Tânia Elesbão Rodrigues (DRT-RS/MTE), Mario Bonciani (DSST/MTE), Roque Luis Mion Puiatti (DRT-RS/MTE), Mário Gawryszewsk (DRT-SP/MTE), Júlio Maito Filho (CNC), Luis Sérgio Soares Mamari (CNC), Maria de Fátima Cantídeo Mota (CNC), Ronald Caputo (CNI), Mauro Daffre (CNI), Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNA), Benedito Dario Ferraz (CNT), Adriana Giuntini Viana (CNT), Magnus Ribas Apostólico (CNF), Domingos Lino (CUT), Arnaldo Gonçalves (FS), Valdete Lopes Ferreira (FS), Aristeu Lázaro Salvador (CGT) e Joel Pereira Félix (CGT).
Convidados: Almir Augusto Chaves (DSST/MTE), Maria Mazarelo Macedo Salgado (DSST/MTE), Vinícius Carvalho Pinheiro (MPAS), Maurício Passos de Melo (DSST/MTE).

Aos sete dias do mês de agosto de 2002, na Federação do Comércio - FECOMERCIO, em São Paulo, teve início a 31ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente, sob a coordenação do Sr. Juarez Correia Barros Júnior. Inicialmente, o

5 Coordenador justificou as adaptações na agenda a fim de garantir a presença do Ministro na reunião. 1º Bloco - Abertura - Aprovação e Assinatura da Ata da 30ª Reunião Ordinária: A Ata foi aprovada. 2º Bloco - Apresentação do Programa Nacional de Redução de Acidentes Fatais de Trabalho (anexo Portaria Ministerial n.º 52): O

10 Coordenador dos trabalhos introduziu o assunto, esclarecendo a migração da meta mobilizadora da área da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Indústria e Comércio para a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, em gestão compartilhada com os Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Meio Ambiente. Em sua explanação, o Sr. Juarez Correia Barros Júnior discorreu sobre os projetos previstos no Programa, sua estrutura e gerenciamento. Ressaltou

15 dentre os objetivos do programa, a garantia da ampla participação da sociedade organizada no processo de melhoria das condições e dos ambientes de trabalho. Apresentou os dados estatísticos de 2000, que indicam a redução de 23,01% na taxa de acidentes fatais. Entre os projetos previstos, ressaltou: Projeto 1 - que trata da reestruturação do modelo de organização do sistema de SST, com a revisão das

20 normas regulamentadoras e a criação de um Código Nacional em Segurança e Saúde através de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, ressaltando ainda, alguns aspectos do processo de alteração da norma regulamentadora 4; Projeto 2 - implementação dos termos de cooperação; Projeto 3 - metas nacionais e regionais; Projeto 4 - edição de um manual de procedimento de doenças relacionadas ao trabalho e distribuição de estatísticas anuais de casos de intoxicação e de envenenamento;

25

Projeto 5 - campanhas e seminários; Projeto 7 - formação e capacitação em segurança e saúde; Projeto 9 - desenvolvimento de análise de acidentes de trabalho, com a gerência da Fundacentro; Projeto 10 - O primeiro anuário estatístico de acidentes de trabalho realizado em conjunto pela Previdência e Trabalho. Como ponto de destaque da nova estrutura de gerenciamento do Programa, ressaltou a instituição do Comitê Gestor Interministerial, composto pelos ministérios da Saúde, Previdência, Trabalho e Meio Ambiente, que conta com um grupo técnico interministerial e uma coordenação executiva composta pela Fundacentro, pelo Departamento de Segurança e Secretaria de Inspeção do Trabalho com gerenciamento via Internet. O Coordenador citou ainda a recente participação do Brasil em conferência da OIT, ocasião em que foi aprovado o protocolo sobre enfermidades profissionais e registro de acidentes de trabalho. Apresentados os resultados, abriu espaço para manifestações dos participantes. O Sr. Domingos Lino solicitou esclarecimentos sobre o nível de responsabilidade da CTPP e dos demais atores intervenientes, no que diz respeito à dimensão do poder político de decisão, citando o artigo sexto, que define que "a formulação de diretrizes para o Programa Nacional de Redução de Acidentes Fatais de Trabalho e sua implementação serão acompanhadas pela CTPP". O Sr. Juarez Correia Barros Júnior corroborou o entendimento de que a CTPP tem por objetivo desenvolver e formular as diretrizes do Programa. Complementando, o Sr. Domingos Lino manifestou concordância com a edição da Portaria 52 que implementará uma maior integração entre os Ministérios, nas ações relativas à saúde e segurança no trabalho. Questionou, também, sobre a possibilidade de uma participação mais ativa da sociedade nas discussões do grupo, propondo uma adequação do texto da Portaria Interministerial nesse sentido. Passada a palavra à Bancada dos Empregadores, esta ressaltou, por meio de seu Coordenador, dois outros pontos em relação à apresentação feita. 1. Relativamente à Portaria destacou a dificuldade de se ter responsabilidade sem autoridade para participar e influenciar nas definições. 2. Reiterou o papel da CTPP enquanto coordenadora e elaboradora do Programa, confirmando a legitimidade da Portaria, que foi assinada por todos os ministérios pertencentes à Comissão. Manifestou concordância com a necessidade de alteração no texto do artigo sexto de forma a atribuir à CTPP, influência e poder para a definição das diretrizes do Programa. 3. Foram levantados alguns pontos para reflexão a cerca da fiscalização acompanhada pelos sindicatos, mencionada na apresentação do Coordenador: 1) A relevância da CIPA; 2) A discussão sobre redução dos acidentes fatais em convenção coletiva de trabalho e não por meio de definição unilateral de governo; 3) O reduzido número de sindicatos com competência para negociação coletiva especialmente na área de segurança e saúde no trabalho. O Sr. Magnus Ribas Apostólico acatou as sugestões de adaptação ao texto do artigo sexto da Portaria Interministerial 52. O Coordenador, Juarez Correia Barros Júnior referindo-se ao questionamento sobre o acompanhamento sindical, enfatizou ser esta, uma política que caracteriza a sua gestão: o estímulo em todos os fóruns, ao acompanhamento sindical. Complementando a fala do Sr. Magnus Ribas, o Sr. Ronald Caputo acrescentou que a regulamentação do tema saúde, previdência e trabalho está prevista no Capítulo da Seguridade Social da Constituição. Quanto à fiscalização com acompanhamento sindical, ressaltou que a representatividade do sindicato é individual e limitada à concessão de um mandato específico, o que não incluiria a fiscalização de empresas, e ainda, que dentro do processo está prevista sua participação apenas enquanto representação coletiva. O Sr. Domingos Lino apoiou o governo em sua

intenção de incluir a representação dos sindicatos acompanhando os AFTs nas inspeções a despeito das dificuldades inerentes ao processo, remetendo à OIT, cujos princípios básicos incluem a participação efetiva dos trabalhadores e de seus representantes em todos os níveis. 3º Bloco - Apresentação do Anuário Estatístico da Previdência Social, proferida pelo Secretário da Secretaria de Previdência Social - Dr. Vinícius Carvalho Pinheiro: O expositor, inicialmente, ressaltou a função de seguradora da previdência social como indenizadora dos danos por acidentes de trabalho. Anunciou a publicação, em conjunto pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, do Anuário Estatístico dos acidentes de trabalho. O representante do MPAS ilustrou sua apresentação citando dados extraídos da publicação referentes aos casos de acidentes registrados, de óbitos, incapacidade permanente e horas de trabalho perdidas, relacionando os dados ao "Custo Brasil", que afeta toda estrutura produtiva brasileira, onerando-a em 2,2% do PIB. O Sr. Vinícius Carvalho ressaltou a predominância de casos de acidentes em punho, mão e antebraço em um terço dos casos, o que foi atribuído à falta de manutenção, à ausência de dispositivos de segurança e à utilização de máquinas obsoletas. Alertou para os investimentos escassos em prevenção em determinados setores específicos, indicando a importância de desenvolver políticas abrangentes, de conscientização, fiscalização, negociação entre empregadores, trabalhadores e governo com controle social, a fim de reverter essa situação. Fazendo referência ao pagamento de benefícios por acidente de trabalho, destacou a cobrança de taxas e a ausência de políticas de incentivo às empresas para o investimento em equipamentos de segurança, colocando como solução, a revisão dos papéis institucionais e do modelo do seguro de acidentes do trabalho, ou alterando aspectos típicos, flexibilizando-os e redirecionando-os à prevenção. Como proposta, citou, por exemplo, uma redução da alíquota de cada empresa dentro do seu segmento em 50%, para aquelas que tiverem uma performance melhor do que a média e, aumento das alíquotas, em até 100%, para as empresas que tiverem uma performance pior. Indicou a existência de mecanismos de punição pela sub-notificação de acidentes, entre os quais o próprio controle social, além de um trabalho desenvolvido de desenho de indicadores relativos à frequência, à gravidade e ao custo dos acidentes de trabalho, cuja metodologia foi validada pela Organização Internacional do Trabalho. O expositor enumerou quatro bases de dados responsáveis pela alimentação dessas informações: a CAT, que fornece todas as informações em relação aos acidentes registrados; os benefícios concedidos que fornece os casos de acidente cuja consequência foi incapacidade permanente, morte ou incapacidade parcial, e o gasto com pagamento de benefícios previdenciários; o CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômica, que fornece o número de pessoas expostas ao risco de sofrer acidente de trabalho; e a GPS, que possui informações a respeito das empresas. O representante do MPAS chamou a atenção para o assunto, pedindo a participação dos presentes na continuidade das discussões, ainda incipientes. Finalizando, apresentou alguns resultados médios para o triênio 97/99 obtidos a partir do indicador único, classificando os setores pelo seu desempenho. Os piores desempenhos foram do setor de carvão mineral, reciclagem de sucatas metálicas, fabricação de bicicletas e triciclos e reciclagem, dentre outros. O expositor colocou-se à disposição para esclarecimentos e revisão dos dados, informando da publicação, também, na Internet. Enfatizou, mais uma vez, a necessidade de uma futura flexibilização de alíquotas de contribuição para o seguro de acidentes de

120 trabalho, de modo a premiar quem tem uma performance positiva no sentido de reduzir
a incidência, a gravidade e o custo dos acidentes de trabalho e onerar os demais. O
representante da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Júlio Maito Filho, lamentou
os dados apresentados, ressaltando também o número de pessoas empregadas em
125 serviços inócuos, citando os dados de um levantamento da Organização dos Estados
Americanos, segundo o qual qualquer pessoa trabalhando poderia produzir,
aproximadamente, 200 dólares/dia. Assim representa um prejuízo de 200 milhões de
dólares por dia e 6 bilhões de dólares por ano. Em uma população com um milhão de
pessoas trabalhando em serviços improdutivos. Parabenizou a criação, em Curitiba, do
130 incentivo à prevenção de acidentes, o trabalho e a disponibilização das informações,
cumprimentando o Sr. Domingos Lino e o Sr. Magnus Ribas pelas observações
relativas à Portaria 52 manifestando sua anuência. O Sr. Ronald Caputo registrou
interesse em possuir os dados, indicando intenção de divulgar as estatísticas no seu
setor. Observou que a questão da redução da tarifa do seguro vem sendo discutida a
135 mais tempo, criticando o atual modelo punitivo e propondo uma definição de
compromisso prévio por parte das empresas. Concluindo, ponderou sobre a pertinência
da discussão do tema da prevenção e do seguro na CTPP. O Sr. Magnus Ribas
Apostólico cumprimentou o Ministério da Previdência e Assistência Social pelo trabalho
desenvolvido, observando que mesmo havendo sub-notificações ou distorções de
140 dados, essas estatísticas permitirão o desenvolvimento de políticas mais adequadas. O
Sr. Valdete Lopes Ferreira criticou a marginalização dos atores sociais pela Previdência
Social. O representante da CUT sugeriu a discussão do assunto com a sociedade
organizada, enfatizando a necessidade de adequação da linguagem para atingir o
público dos trabalhadores. Alertou para a indefinição da origem dos acidentes, no que
145 concerne à dimensão da empresa. Relembrou que dia 27 de julho de completou-se no
Brasil, 30 anos da Instituição do Serviço Especializado em Segurança e Saúde no
Trabalho, reconhecendo o trabalho desenvolvido. O Sr. Roque Luis Mion Puiatti se
comprometeu a encaminhar à Sra. Josefa Barros um trabalho estatístico desenvolvido a
fim de contribuir para o aperfeiçoamento da estratégia e da metodologia de trabalho. O
150 Sr. Mário G. destacou os desvios na verificação de dados estatísticos e a importância
da reformulação da CAT, sugerindo a elaboração de uma codificação universal e a
disponibilização, por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, da base de
dados utilizada para a elaboração do Anuário. Concluiu alertando para a inexistência de
um modelo de avaliação de política de gestão de risco e a necessidade de
155 disponibilização das informações para a realização de estudos, epidemiológicos,
estatísticos, matemáticos e suas inter-relações com vistas ao desenvolvimento de
políticas de SST. O Sr. Domingos Lino parabenizou o Dr. Vinícius Carvalho pelo
trabalho, reconhecendo as dificuldades existentes e as Sras. Josefa Barros e Ivone
Corgosinho, pelo trabalho e incorporação de outros atores no processo. Teceu
160 considerações sobre a responsabilidade dos atores em construir programas conjuntos
de prevenção e de melhoria das condições de trabalho nos diversos setores. Fazendo
referência ao SAT, ponderou sobre a dificuldade de se construir de forma conjunta um
seguro acidente de trabalho para atender aos trabalhadores em geral. Ressaltou a
iniciativa da Previdência em trazer do mercado informal para o formal a maior parte dos
165 trabalhadores.. A Sra. Ivone Corgosinho Baumecker agradeceu aos companheiros de
trabalho, reforçando o trabalho conjunto desempenhado pelos ministérios do Trabalho e
da Previdência no que, destacou o desafio de incorporar na pesquisa, outras fontes de

trabalhadores, como contribuintes individuais. O Sr. Vinícius Carvalho Pinheiro teceu alguns comentários a cerca das observações feitas pelos participantes e a respeito do desafio da Instituição Previdência Social em atuar como seguradora em um cenário de perda de mercado expresso no número de pessoas excluídas da proteção previdência. Como ilustração, lembrou que em uma década houve redução em 12% de trabalhadores com carteira assinada. Respondendo às observações do Dr. Caputo, acatou a sugestão de discutir os índices e acordar metas por segmento. Sugeriu ao Ministério do Trabalho e Emprego a elaboração de uma pesquisa junto ao IBGE sobre a ocorrência de acidente de trabalho por tamanho de estabelecimento. Contestando as colocações do Dr. Mário, disse não perceber distorção no método em relação à questão dos acidentes fatais, destacando a indefinição sobre o que caracterizaria acidente de deslocamento e alegando tratar-se de outra dimensão de segurança fora do âmbito da empresa. Encerrando as considerações a cerca do Anuário Estatístico, o Sr. Juarez Correia Barros Júnior parabenizou o pessoal responsável, no Ministério da Previdência e Assistência Social e no Departamento de Segurança e Saúde, pelo trabalho desenvolvido, solicitando, na seqüência, às bancadas: 1) indicação dos componentes dos grupos de trabalho tripartite para discussão das Normas Regulamentadoras nº 30 e 10 até o final da semana; 2) indicação de dois representantes para responder ao questionário da Organização Internacional do Trabalho, referente à Conferência de 2003, sobre modificações no entendimento e na construção das convenções atualmente vigentes. Informou o prazo de 15 de agosto para entrega do questionário respondido pela Assessoria Internacional. O Sr. Domingos Lino comunicou a realização na seqüência, de uma reunião da bancada, após o que seriam encaminhados os nomes. O Sr. Valdete Lopes Ferreira registrou o rão recebimento do questionário. 4º Bloco - Discussão com a participação do Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego: Avanços no Tripartismo na Área de Segurança e Saúde no Trabalho: O Sr. Domingos Lino discorreu sobre os avanços no processo de revisão de normas, de democratização, de participação dos 3 principais atores, trabalhadores, empregadores e governo, no processo. Enfatizou o caráter paritário da Comissão, com 33,3% de participação de cada parte. Levantou a questão de se criar uma sustentação para a estrutura da Comissão, em caso de mudanças de governo. O Sr. Magnus Ribas Apostólico realçou as resistências enfrentadas na implantação da CTPP, expondo que nos 6 anos de funcionamento da Comissão o Ministério do Trabalho e Emprego recebeu a adesão incondicional da sociedade civil na busca da melhoria das condições de trabalho. Indicou a discussão junto à Bancada de Governo sobre a necessidade de se criar um instrumento legal que caracterize a Comissão como um instituto do país, corroborando a preocupação do Sr. Domingos Lino quanto à continuidade dos trabalhos. Acompanhando as intervenções anteriores, a Sra. Vera Olímpia destacou entre as experiências mais positivas da Comissão, a questão tripartite. Referindo-se à normatização confirmou a proposta de se levar a Comissão Tripartite para um patamar de segurança, ponderando que a experiência se perpetuará, devido aos resultados obtidos, que demonstraram maturidade no relacionamento governo, empresariado e sindicato. O Ministro Paulo Jobim Filho iniciou sua explanação apontando, como pilares fundamentais do Ministério do Trabalho e Emprego o tripartismo, a predominância de funcionários de carreira em atuação e a parceria, a colaboração e a integração. Afirmou ser, o tripartismo, a prova material do avanço do país na questão democrática, indicando o Governo atual como um dos que mais avançou na questão tripartite. O

215 Senhor Ministro apoiou a idéia de se investir em projetos que busquem integração,
parcerias e evitem o fracionamento das ações. O Senhor Ministro destacou, ainda, o
desenvolvimento de um programa de qualificação profissional e de um curso de
220 mestrado em administração em parceria com a USP, a fim de formar lideranças e
aperfeiçoar os profissionais dentro do governo. Finalizando, externou sua satisfação em
ser Ministro de Estado, considerando que o avanço em seu sistema democrático não se
deve a uma pessoa ou a um governo, mas à sociedade, identificando essa como a
grande conquista para o país. O Sr. Juarez Correia Barros Júnior agradeceu à presença
do Ministro e apresentou uma proposta de realização de reunião ao final de novembro,
a fim de agilizar o processo de aprovação das normas regulamentadoras 4, 10, 30 e 33,
225 em fase de deliberação final, pela CTPP, e redigir um documento-memória dos
trabalhos na CTPP, sinalizando os avanços do tripartismo, que servisse como
referência para a nova administração. O Sr. Domingos Lino propôs a redação, por parte
da equipe técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, de um documento-base, a ser
enviado por via eletrônica aos conselheiros para apresentarem contribuições e críticas.
230 o Sr. Mauro Daffre pediu a palavra para comunicar a realização, de 22 a 30 de agosto,
pela Confederação Nacional da Indústria, da Campanha Nacional da Indústria, com o
tema "Segurança do Trabalho é Responsabilidade Social", sob a coordenação da
ABPA. Solicitou ao Sr. Juarez Correia Barros a viabilização da participação dos
representantes da CTPP. Informou ainda a realização, do Encontro Nacional da ABPA,
235 dia 11 de novembro, com o tema "Segurança do Trabalho, Desafios para o Novo
Governo: Realidades, Perspectivas e Sonhos", pedindo contribuições para a elaboração
de um documento a ser entregue ao novo governante ao início de sua gestão. O Sr.
Clóvis Veloso de Queiroz Neto deixou registrado seu apoio à iniciativa da Federação da
Agricultura do Estado de Minas Gerais, pela publicação da cartilha: "Obrigações
240 Trabalhistas do Empregador Rural à Luz da Doutrina e Jurisprudência Dominante".
Encerramento: Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, foi encerrada a reunião.